

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Poder Judiciário: Alguns Aspectos da Revisão Constitucional

Está em debate a questão relativa ao controle do Poder Judiciário. Trata-se de tema técnico, de alta indagação, com grande reflexo na tutela da cidadania. No entanto, vem sendo tratado pela mídia de forma emocional. Critica-se o Judiciário e afirma-se, irresponsavelmente, que a solução para os seus problemas está no controle externo. Será isso verdade? Creio que não.

Com efeito, acusa-se a Justiça de ser lenta, de excessivo formalismo, de nepotismo, “marajatismo” e, em certos setores, de corrupção. Será que o controle externo irá resolver esses problemas? Acredito que não.

A lentidão da Justiça decorre, em grande parte, do número reduzido de juízes e do excessivo número de causas geradas pelo próprio Governo, decorrentes dos conflitos derivados de leis mal elaboradas. O formalismo é resultado de legislação ultrapassada e, portanto, da omissão do Legislativo. O nosso Código Penal e o de Processo Penal datam do início dos anos quarenta. O Código de Processo Civil prevê excessiva possibilidade de recorrer, portanto o Judiciário nada pode fazer para resolver o problema. No caso, é injustamente criticado, por aplicar legislação que não se harmoniza com os anseios da sociedade e que não é atualizada por quem de direito.

Nepotismo e “marajarismo” são matéria que hão de ser reguladas em lei e cujos desvios podem ser coibidos, como em muitos casos têm sido, através de instrumentos próprios como a ação popular. O mesmo se diga quanto à corrupção. O corrupto, seja ou não magistrado, está sujeito às penas do crime que praticou. Portanto o controle externo não é o instrumento adequado para sanar as falhas e defeitos que se atribuem ao Judiciário.

Saliente-se que os órgãos do Poder Judiciário estão sujeitos a numerosos controles. O Estatuto da Magistratura dispõe sobre a disciplina dos magistrados, impondo-lhes punições. Os Conselhos da Justiça e os Corregedores atuam, em regra, com vigor, fiscalizando os serviços forenses. Os juízes são admitidos por concurso público e, no caso dos Tribunais Superiores, os seus membros são submetidos à aprovação do Senado Federal, sendo que alguns deles estão sujeitos a *impeachment*. Os atos administrativos em sentido estrito, praticados pelos servidores do Judiciário (licitação, gestão orçamentária, etc.) estão sujeitos ao controle do Tribunal de Contas, sendo que *qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades à Corte de Contas (art. 74, § 2º)*.

Se são amplos os controles atinentes ao exercício da atividade não-jurisdicional, o mesmo acontece com a atividade jurisdicional. No tópico, cumpre salientar que o juiz, no exercício das suas funções, está sujeito à regra da publicidade e, de outra parte, as suas decisões têm de ser fundamentadas, o que enseja transparência na sua atuação. De outra parte, o controle das decisões jurisdicionais é feito por meio do sistema de recursos e até mesmo do mandado de segurança e da ação rescisória.

Assinale-se que, com freqüência, o Judiciário vem punindo os magistrados que se desviam dos deveres do seu cargo. Ao assim proceder, não divulga, com estardalhaço, tais punições, porquanto notícia desse teor não vem em seu benefício nem dos seus jurisdicionados. Os Tribunais de Justiça de São Paulo e de Minas, entre outros, exercem rigoroso controle correicional sobre os seus serviços judiciários. Há pouco, o Tribunal do Rio de Janeiro puniu exemplarmente juízes acusados de corrupção atinente à previdência social. O Tribunal do Maranhão afastou da judicatura dezesseis magistrados envolvidos em concessão de alvarás falsos para carros furtados. O antigo TFR e os atuais TRFs. têm, também, tomado medidas drásticas contra magistrados que deslustram o exercício dos seus cargos. Tais providências vêm sendo tomadas, com a naturalidade de quem cumpre com os seus deveres, desde a época das Ordenações do Reino.

Não há olvidar que o Poder Judiciário é um Poder apolítico; só age quando provocado. Os que criticam o seu caráter fechado e as suas feições sisudas, se comparado com os outros Poderes, estão apenas a realçar uma das suas sublimes qualidades: o solitário trabalho dos juízes no recesso dos seus gabinetes,

preocupados em solucionar os litígios segundo a Constituição, as leis e a sua consciência.

Afastado das lutas políticas e das paixões delas derivadas, o Poder Judiciário precisa ser fortificado e não sufocado. Ele próprio, através dos seus mecanismos tradicionais, é capaz de corrigir os seus defeitos, que são menores e muito menos graves dos que aqueles que encontramos nos demais poderes. De fato, os poderes políticos *são mais suscetíveis à demagogia, à incompetência, à imoralidade, à corrupção do que o Poder Judiciário* (Ives Gandra da Silva Martins).

Nessa linha de entendimento, o ilustre senador e eminente jurista Josaphat Marinho ressaltou, com percuciência, que a independência do Judiciário não suporta a interferência do controle externo *sem desnaturá-lo, prejudicando a liberdade de consciência, essencial à aplicação das leis e resguardo do direito das pessoas*.

Os três Poderes da República já se controlam mutuamente; integram o sistema de freios e contrapesos de que falava Montesquieu. Por isso mesmo, controlar o Judiciário, por intermédio de órgãos que lhe são estranhos, implica enfraquecer ou eliminar o controle que exerce sobre os demais Poderes. De outra parte, não pode o Judiciário ficar sujeito a patrulhamento de órgãos sindicais, de partidos políticos ou da própria OAB, cujos setores cada vez mais se politizam no sentido horizontal, deixando em segundo plano os aspectos maiores atinentes aos princípios institucionais fundamentais.

Na verdade, o autogoverno do Poder Judiciário é a única forma de assegurar a independência dos magistrados e, em conseqüência, a tutela eficiente dos direitos e garantias individuais e sociais.

Prelecionava o insigne Frederico Marques que *a independência da magistratura é que imprime aos atos judiciais, quer de jurisdição contenciosa como de jurisdição voluntária, os traços específicos que os distinguem*, ensinando João Mendes Júnior que a ação disciplinar deve ser criada no interesse da própria magistratura, incumbindo a ela, e só a ela, a *iniciativa de corrigir desvios dos seus membros*, colocando-se nessa jurisdição censória os próprios componentes do Judiciário, para que assim nenhum perigo corra a independência dos magistrados.

Não bastassem tais argumentos, a verdade é que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a questão relativa ao IPMF, decidiu que uma emenda constitucional pode ser declarada inconstitucional, balizando, pois, a revisão constitucional.

Nesse contexto, a conclusão inafastável é a de que o controle externo do Judiciário afronta a mais importante das cláusulas pétreas da Constituição, a relativa à independência e harmonia entre os Poderes (art. 60, § 4º, III). É, pois, inconstitucional!

É alvissareiro, porém, que, após um período de exaltação do controle externo, políticos e especialistas de grande visão institucional venham assumindo com

veemência e poderosos argumentos, posição totalmente contrária à sua implantação no país. A razão está passando a prevalecer sobre a emoção.

Se o controle externo há de ser rechaçado, é imperioso, porém, que se aperfeiçoem as forças de controle interno. Não pode o Judiciário deixar de refletir sobre as suas falhas e encontrar meios de minorá-las, atendendo, em muitos casos, aos justos reclames da opinião pública.

Nesse sentido, a Comissão criada pelo Superior Tribunal de Justiça, após proceder a estudos sobre o tema, conclui no sentido de sugerir a criação do Conselho Nacional de Administração da Justiça como órgão integrante do Poder Judiciário.